

EDUCAÇÃO DO POVO E AUTORITARISMO DAS ELITES: instrução pública e cultura política no século XIX¹

Luciano Mendes de Faria Filho

Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFMG

Neste trabalho pretendo chamar a atenção para o caráter autoritário de que se revestiam, para as elites imperiais e republicanas brasileiras, as propostas de educação das chamadas classes inferiores da sociedade no decorrer do século XIX. Partindo das pesquisas que venho realizando sobre a província de Minas Gerais (Brasil), procurarei demonstrar a íntima relação estabelecida entre as propostas educativas e de instrução com as propostas de constituição de uma nação civilizada nos trópicos. Tal perspectiva, por sua vez, baseava-se numa visão autoritária e excludente do outro: os pobres, os negros, as mulheres e os povos indígenas.

Trata-se de um texto em que pretendo, em largas passadas, abordar a tradição política autoritária brasileira e sua relação com a instrução, demarcando que tal tradição configura-se ao longo do período imperial brasileiro (1822-1889) e mantém-se intocada no alvorecer do regime republicano. Para esta reflexão, vou me deter na análise de três documentos os quais se referem a três importantes momentos da vida política brasileira:

1º. Uma proposta de um plano de educação publicada pelo jornal *O Universal*, em 1825, portanto logo depois da proclamação da independência (1822);

1. Este texto resulta das pesquisas que venho realizando e coordenando no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, da Faculdade de Educação da UFMG, com o apoio do CNPq.

2º. Um matéria sobre instrução popular transcrita de um jornal português e publicada n' *O Universal*, em 1842, portanto em pleno recrudescimento da ação conservadora e nascimento do II Império brasileiro com a declaração da maioria de D. Pedro II, então com 15 anos de idade, em 1841;

3º. Um discurso proferido pelo deputado mineiro F. Mendes Pimentel na Câmara Mineira dos Deputados em 1896, portanto no alvorecer da República brasileira, proclamada em 1889.

Tais textos, em suas singularidades, demonstram a continuidade na forma de tratamento da questão da instrução do povo ao longo de nossa história: ela seria necessária ou um perigo para a manutenção da ordem?

No Brasil recém independente: o império da lei.

Logo depois da independência, a afirmação do Estado e a construção da Nação estavam intimamente relacionadas à capacidade de fazer valer, no Império brasileiro, o império da lei. Na perspectiva iluminista abraçada por intelectuais e políticos mineiros, esta questão estava diretamente relacionada à instrução. Assim no legislativo, na imprensa e em diversas outras instâncias sociais, discutia-se a necessidade de educar e instruir o povo para garantir a ordem social.

A imprensa foi, sem dúvida, uma das principais estratégias utilizadas pelos intelectuais para difundir os seus discursos civilizatórios e legalistas. Em Minas, até então a província de maior população do Império, o jornal *O Universal* (1825-1842) foi, naquele momento, o principal divulgador de tal ideário. No entanto, em suas páginas, qual era o diagnóstico feito a respeito da educação brasileira? Diziam:

“O sistema de educação elementar, que se tem seguido no Brasil, desde o seu descobrimento, tem sido mui dispendioso, e mui delimitado; ainda sem notar outros defeitos, que de tempos a tempos se tem conhecido, e se tem tentado remediar com algumas providencias oportunas.” (18 de Julho de 1825)

Animados que estavam com a recém conquistada independência diziam que “se a cultura do espírito aumenta a felicidade dos homens, não pode deixar de ser grande serviço a humanidade inventar meios, pelos quais essa cultura se generalize”. Para tanto, propõe-se um projeto de instrução que: 1º abrevie o tempo necessário para a educação das crianças; 2º diminua as despesas das escolas; 3º generalize a instrução necessária às classes inferiores da sociedade. (27 de Julho de 1825) Tal escola seria organizada de acordo com o método mútuo de ensino, cujos defensores diziam tornar possível a instrução de um número de até 1.000 alunos para cada professor. Tal possibilidade animava

aqueles que, no Brasil e na América Latina, defendiam a incorporação de um número maior de sujeitos à instituição escolar.³

No entanto, apenas estabelecida a necessidade, o lugar das classes inferiores na sociedade se impunha e aparecia a seguinte ressalva:

“Não queremos dizer, que todos os homens devam ou possam ser médicos, matemáticos, juriconsultos, &c., porem asseveramos, que se deve dar a todos os homens a maior massa de conhecimento possível, sem interromper as ocupações ordinárias da vida a que cada indivíduo se destina. (...)

Por este princípio se não deve ocupar a mocidade de um homem, destinado pelas circunstancias a um ofício mecânico, no estudo ciências abstratas, que não tem relação com o trabalho manual, em que tal indivíduo se deve empregar. Mas há certos ramos de instrução, que são compatíveis com todos os empregos no que se distingue o homem da criação bruta; e no que se interessa tanto a felicidade dos indivíduos em particular, como a do Estado em geral. (18 de Julho de 1825)

O caráter autoritário e excludente da nação que se queria construir acabava por deixar claros os limites da inclusão. Ela seria positiva desde que não colocasse em risco as formas tradicionais de submetimento da maioria ao jugo e à exploração da elite imperial. Daí, a defesa de que o tempo da escola não deveria comprometer o tempo do trabalho, ou de que a escola deveria instruir nas artes mecânicas, denudando assim, na prática, a falácia da proposta de educação iluminista defendida por muitos.

O problema, pois, que há para resolver é: Como se poderá generalizar uma boa educação elementar, sem grandes despesas do Governo, e sem que se tire as classes trabalhadoras o tempo, que é necessário que empreguem nos diferentes ramos de suas respectivas ocupações? (18 de Julho de 1825)

Para reforçar a necessidade da instrução elementar do povo, buscam o exemplo em outros países que, como o Brasil, ela não existe e afirmam:

Em tais países, o Governo não tem outro meio de manter a ordem publica se não o rigor dos castigos, ou as imposturas de alguma superstição, cujos mistérios são conhecidos unicamente dos poucos que governam, os quais com o andar dos tempos vem ficar tão sujeitos aos erros dessas superstições como

3. Para maiores informações sobre a divulgação do método mútuo em alguns países como Brasil, Argentina, Portugal e França, ver Bastos e Faria Filho, 1999.

os povos para cuja ilusão elas haviam sido inventadas. A mais leve observação, comparando o estado de educação de duas nações quaisquer, mostra evidentemente estas verdades. Assim a vara de um meirinho em Inglaterra obtém mais obediência entre o povo, do que o alfanje de um Janisaro pode alcançar em Constantinopla. (18 de Julho de 1825)

Vê-se, pois, que a referência a outros países, estratégia tão comum no Brasil e em outros países da América Latina, tem, aqui, um caráter pedagógico e de persuasão. Ela não é, neste sentido, retórica vazia: pretende demonstrar sentido do próprio processo civilizatório vivido pelas sociedades humanas.

Se a alguns pobres era permitida a liberdade, se a perspectiva iluminista era aquela que parecia animar o autor de tal projeto, não poderia passar despercebido que a liberdade sem educação era perigosa. Referindo-se às escolas de Londres, afirmava:

Destas escolas menores estabelecidas nos distritos, se tem seguido em Londres um benefício da primeira magnitude, além da instrução, que a geração futura não deixará de reconhecer com gratidão. As classes mais pobres da sociedade, como são obreiros, trabalhadores, serventes dos ofícios mecânicos, &c.; e que não tem meios de pôr seus filhos nas escolas, nem acham emprego próprio para as suas tenras idades, são obrigados a deixa-los andar vadios pelas ruas, aonde, em uma cidade tão populosa como Londres, contraem as crianças mil hábitos viciosos, acostumam-se á ociosidade, associam com pessoas depravadas, que os induzem a cometer crimes; e vem por fim, a serem vitimas do rigor das leis, quando se descobrem suas praticas. Estas escolas, por tanto, ocupando utilmente o tempo destes meninos pobres, não somente lhes dá a instrução em ler, escrever e contar, que tão proveitosa é aos mesmos indivíduos; mas impede que eles se habituem á ociosidade, e tira-lhes a oportunidade de associar pelas ruas, com quem lhes deprave os costumes; porque as horas vagas, que restam da escola, são aquelas em que seus pais tem voltado de seus respectivos empregos, e que estando em casa, podem ter seus filhos debaixo de seus olhos. (18 de Julho de 1825)

Assim, muito presente nas páginas d'O Universal ao longo de seus 17 anos de circulação, á no último ano de publicação do jornal devido à Revolução Liberal de 1842, o tema da necessidade da instrução aparece de forma contundente num artigo transcrito de um jornal português publicado aqui sob o título de Instrução Pública (14 de Junho de 1842). Tal matéria inicia-se indagando se será ou não perigoso o ensino e a instrução das classes inferiores da sociedade?

Tal indagação pode soar a alguns bastante estranha já que, até aqui, temos mostrado única e exclusivamente a defesa da instrução. Tal perspectiva não

deve nos levar a pensar que havia uma unanimidade a respeito da questão, como a própria indagação o indicava. Se, por um lado, estamos acostumados a lidar com uma idéia muito positiva e positivada da escola, isto não nos deve levar a crer que tal positividade não tem a sua própria história. Desnaturalizar instituição escolar é, dentre outros elementos, mostrar que a sua afirmação na cena social não é pacífica e sem conflitos como querem fazer crer seus defensores. Esta questão está posta no texto a seguir, o qual, apesar de longo, dá-nos uma precisa dimensão da mesma. Dizia o articulista:

Há quem recei esta instrução nos operários , nos trabalhadores, no povo, enfim; nós somos de opinião contrária, e estamos profundamente convencidos de que o perigo não está no povo instruído, mas sim no povo ignorante, e quem o duvida olhando para a nossa história desde 1820? Mas deixemos essa questão, que pode ser irritante, e voltemos à tese: é ou não útil instruir o povo?

Nós repetimos – sim – porque o aperfeiçoamento da razão humana condiz ao regramento das paixões, e estas são mais temíveis em espíritos mais incultos do que naqueles em que a educação penetrou: a ignorância é acompanhada da anarquia e da demagogia, quando por outra por outra parte se tem observado que os hábitos de reflexão que são inseparáveis do gosto da leitura, ajudam e favorecem o espírito de ordem e bom procedimento nos que a ela se dedicam.

É entre os autômatos, que vegetam como animais nas últimas classes da sociedade, que se acham os agitadores e os desordeiros e à as massas ignorantes se dirigem as Catalinas e os Marats do tempo; chama-lhes virtuosos e soberanos quando precisam deles para por em prática planos tenebrosos. Uma insurreição feita por pessoas sérias e instruídas seria impraticável.

Regra geral, a instrução é a mãe da prudência; o selvagem é imprudente e imprevidente por que é ignorante; a previdência e a reflexão seguem necessariamente nas nações, assim como nos indivíduos, o progresso da civilização e da instrução; o trabalhador e o operário que estudarem os elementos das ciências morais e naturais hão de pensar que o bom procedimento e a sobriedade são as garantias mais sólidas da sua felicidade, e que o seu bom procedimento e a sobriedade são as garantias mais sólidas da sua felicidade, e que o seu primeiro dever como maridos e pais é o se segurar enquanto moços e robustos aqueles gozos e recursos que lhes hão de ser precisos quando forem velhos e enfermos. Quando tiverem alcançado o gosto e o hábito da leitura fugirão da preguiça e dos vícios. Um operário que por sua reflexão não gastar doze vinteis em bebidas espirituosas, não há de ser certamente sedicioso. A educação aperfeiçoa a sociedade, não só por que dá hábitos e costumes de regularidade, mas também porque substitui esses maus costumes pelos bons; um operário estudioso e aplicado achará a sua delícia no estudo mesmo, ele será feliz e contente não só por ter aprendido o que os outros sabem, mas também por saber o que os outros ignoram; quando ele estiver totalmente possuído de amor de ciência, há de fugir então às distrações mesmo inocentes para se entregar totalmente ao estudo; neste

estado podem bem os Cleos e os Hyperbolos dos nossos dias (sobre as revoluções de Atenas e de Roma vide o nosso artigo inserto no Director de 10 de dezembro de 1839) bater-lhes à porta; prudente por cálculo e por gosto não se precipitará em desordens e sedições das ruas que possam comprometer a sua vida e os seus gozos. Impossível nos parece que aconteça o contrário, e pensamos mais que cegos partidaristas do que existe pensarão antes ao excesso de nada reformarem, mesmo inútil, só por medo de arriscarem a paz e o sossego públicos; (p.2) em suma acreditamos que os tesouros intelectuais pelo estudo adquiridos, produzirão nos operários o mesmo efeito que a riqueza produz nos poderosos, isto é, o de dar-lhes um interesse direto na ordem pública. Um povo instruído há de conhecer mais depressa do que o ignorante, que o seu interesse consiste na paz e na ordem pública, e instrução lhe há de fazer conhecer mais, que a inviabilidade das propriedades é um seguro esteio da sociedade, e que atacar à força bruta as classes ricas é uma monstruosa injustiça. Em suma, na marcha atual das sociedades européias o que nos parece útil, o que nos parece necessário e indispensável é o proporcionar ao povo uma instrução sólida fundada na ciência e na religião; o meio para alcançar este fim será objeto de outro artigo”. Assina: X de A .

No fundo a questão enfocada no texto é quem se revolta: um povo ignorante ou instruído? A resposta do autor, que coincide com a resposta da teoria política que presidiu a construção dos modernos sistemas nacionais de ensino no mundo ocidental, diz que é massa ignara que se revolta. Neste sentido, contrariamente ao que pregam nossos militantes políticos de agora, a educação não é entendida como fator de emancipação política, mas de subserviência!

De sorte que, neste contexto e nessa produção discursiva, mais que uma ação emancipadora, a educação vai aparecer, como diria M. Foucault(1987), como uma ortopedia social ou como arte de prevenir e de curar. Não por acaso, como nos lembra esse filósofo, aqueles inventaram a moderna liberdade inventaram também a moderna disciplina, dentro da qual a escola tem lugar privilegiado.

Doutra parte, é preciso que se pergunte: quem é o ignorante? O povo pobre, despossuído, traveste-se de plebe ignara e revoltosa. Sem a propriedade, sem o saber e sem a racionalidade científica, não pode, também, almejar o poder, ou, de forma mais elementar ainda, não pode constituir-se como fonte, como origem do poder político. Por isso, uma face fundamental da história política dos XIX é a produção do analfabeto como ignorante. Como já o demonstrei em outro trabalho, os debates sobre as leis eleitorais e do voto dos analfabetos acabou se configurando como a desqualificação cultural e uma exclusão política dos setores mais pobres da população.(Faria Filho,1999)

No texto anteriormente lido, mais uma vez, os pobres são aproximados das classes perigosas, e a ignorância é tida como a mãe de todas as revoltas, seja contra a ordem política instituída, seja, o que é pior, contra a propriedade alheia.

Essa mesma perspectiva aparece no terceiro texto indicado inicialmente. Trata-se de discurso pronunciado na sessão de 6 de julho de 1896 na Câmara Mineira do Deputados por Mendes Pimentel, político e intelectual dos quadros do Partido Republicano Mineiro e, nos anos vinte de século seguinte, reitor da Universidade de Minas Gerais. Tal discurso, publicado posteriormente sob o título de *Ensino Técnico Primário*, era, por assim dizer, a exposição de motivos para uma lei proposta pelo autor Câmara dos Deputados.

No texto F. Mendes Pimentel ira fundamentar a proposição do ensino técnico para crianças e jovens pobres em duas razões: uma de ordem econômica e outra de ordem política. Segundo ele, a face econômica do problema estava em que

“Para a efetividade autonômica de uma nacionalidade não basta que um povo se tenha constituído politicamente e que em seu se tenha operado a emancipação civil; é necessário mais, é imprescindível organizar a riqueza pública, fundar a independência econômica.” (p.30)

E uma das formas de garantir tal autonomia estava na formação de uma mão-de-obra especializada para fazer frente aos crescentes reclames da indústria nacional, como o faziam as principais nações européias. Para corroborar com seu argumento Mendes Pimentel utiliza-se do exemplo da construção da cidade de Belo Horizonte que, como se sabe, estava ocorrendo naquele momento.⁴ Para ele, os trabalhadores brasileiros haviam sido alijados das ocupações especializadas na construção da cidade justamente porque não possuíam a formação para desempenhar com competência as tarefas. Tal fato significava que o elemento estrangeiro estava tomando o lugar do brasileiro.

No entanto, para Mendes Pimentel a principal razão para o estabelecimento de uma educação técnica era a necessidade de incorporação do povo brasileiro à República. Dizia ele:

4. Belo Horizonte, a capital do estado de Minas Gerais, cidade hoje com mais de 2 milhões de habitantes, foi planejada e construída a partir de 1892, tendo sido inaugurada em 1897.

“Nós que pregamos a República como regime popular por excelência, nós que ou apostolamos a redenção política da nossa Pátria ou a ela prometemos servir com e com lealdade, nós que em nossas bandeiras partidárias inscrevemos o velho lema, a velha divisa do governo do povo pelo povo, nós que só do povo tiramos toda força que aqui nos congrega e que aqui nos mantém, nós, digamô-lo assim com franqueza e digamô-lo com verdade, nós não temos cumprido o primeiros dos nossos deveres, nós nos temos descurado da verdadeira educação popular”. (p.32)

Com um discurso por demais jacobino para os republicanos mineiros, ele continuava denunciando que:

“Para o pobre, para o operário, para o proletariado, para o verdadeiro povo, enfim, cessa a educação aos primeiros passos da vida; para o rico, para o abastado, para o protegido, para essa minoria favorecida, o Estado a acompanha com a tutela solícita através do ensino secundário e superior até conferir-lhe um grau científico que social e legalmente a coloca em posição vantajosíssima na competência vital”. (p.31-2)

No entanto, a face fundamental de seu discurso, para os nossos propósitos aqui, ainda estava por vir. Sigamos o seu raciocínio:

“Senhores Representantes de minas, não nos esqueçamos de que a qualidade culminante dos homens públicos é a previdência. Já hoje ninguém pode se iludir de que uma revolução tremenda, bem mais profunda do que essas políticas que apenas afloram a superfície das nações por onde passam, está prestes a explodir – é a revolução social.(...)”

Assim como os vulcões denunciam as forças que em seu conjunto constituem a dinâmica terrestre interna, assim também essas erupções, essas explosões, essas lavas candentes de revolta do oprimido contra a sociedade opressora, denunciam uma força ainda latente mas que será a vencedora de amanhã. O quarto estado se organiza e dentro em pouco num preamar colossal há de avassalar o mundo inteiro.”(...)

É preciso que nós homens públicos e portanto previdentes procuremos desde já incorporar o proletariado à nação; é imprescindível que desde já envidemos todo o esforço patriótico para educar o operário na escola do trabalho e do cumprimento dos deveres cívicos, para que quando o vagalhão do socialismo atravessar de lado o Atlântico e vier quebrar-se estuante à praias brasileiras, o nosso proletariado esteja preparado para exercer os seus direitos e cumprir os seus deveres e não se subverta, não pereça nos vórtices da anarquia, arrastando consigo talvez a própria Pátria”.(p.33)

Vejam vocês, pois, que, mais uma vez, é definido o mesmo lugar para a educação: menos do que um ingrediente perigoso para quem a detém, é a

ausência da educação que significa um perigo para as instituições, para o Estado e para a Nação. O perigo socialista, antecipado nas poéticas e assustadoras palavras de Mendes Pimentel, precisava ser combatido por uma educação que viesse a incorporar o proletariado brasileiro ao mercado de trabalho industrial-capitalista e à República.

O quarto estado, a plebe, a multidão silenciosa de revoltosos, tal como as atividades invisíveis de um vulcão, ameaçava a ordem republicana e a punha em questão. Insuflados pelos socialistas poderiam os perseguir outras utopias, menos ordeiras e progressistas, e outras lideranças do que não as republicanas. Daí a necessidade da educação do “operário na escola do trabalho e do cumprimento dos deveres cívicos”.

Assim, ao longo do período estudado, a razão ilustrada como signo e condição da civilidade e do progresso, era também o critério estabelecido dos limites entre os de dentro e os de fora do projeto social, ou para utilizar a expressão de Ítalo Calvino, para delimitar as fronteiras entre os “estampidos das rodas e os uivos dos lobos” e, no nosso caso, entre as ordeiras classes trabalhadoras idealizadas pelo liberais latino-americanos e as classes perigosas. Dessa tradição, infelizmente, somos herdeiros. Fazer a crítica radical e contundente da mesma deveria ser um compromisso de todos aqueles que querem fazer uma OUTRA HISTÓRIA.

• • •

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, M. H. C. & FARIA FILHO, L. M. de. (Orgs.) A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo:EdUPF, 1999.

FARIA FILHO, L. M. de. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, A. A. G. & GALVÃO, A. M. de O. (Orgs.) Leitura: práticas, impressos, letramentos. Belo Horizonte:Autêntica, 1999.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis:Vozes, 1987, 5a.ed.

PIMENTEL, F. M. Jornalista e político, professor, jurista. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949.